



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

68
112

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 93
de 15/05/17, pg. 08
Responsável

RESOLUÇÃO N.º 13.019

Processo n.º: 201606998-00

Assunto: Consulta

Interessado: Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Urbana-ABRASI

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2016

EMENTA: CONSULTA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA-ABRASI. APLICAÇÃO DOS RECURSOS APURADOS COM A CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP/COSIP. INTELIGÊNCIA DO ART. 149-A, DA CF/88 C/C RESOLUÇÃO N.º 414/ANEEL. VINCULAÇÃO DE DESPESAS COM A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E COM O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (RUAS, PRAÇAS, AVENIDAS, PARQUES E DEMAIS BENS DE USO COMUM). VEDAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS COM PAGAMENTO DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE PRÉDIOS PÚBLICOS E OUTRAS UNIDADES CONSUMIDORAS, AINDA QUE DESTINADAS À ATIVIDADE PÚBLICA. DETERMINAÇÕES PROCEDIMENTAIS VINCULADAS AO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO E A TRANSPARÊNCIA NA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **06 de abril de 2017**.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães; Conselheiras Substitutas Adriana Oliveira e Márcia Costa e Procuradora Maria Inez K. de Mendonça Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

Processo n.º: 201606998-00

Assunto: Consulta

Interessado: Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Urbana-ABRASI

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2016

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de consulta formulada pela **Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Pública Urbana - ABRASI**, autuada, neste TCM-PA, através do **Processo n.º 201606998-00**, a qual recebeu distribuição, a minha relatoria, por deliberação do então Conselheiro-Presidente CEZAR COLARES, em função da existência de processo correlato, destacadamente, consulta formulada pela Câmara Municipal de São Miguel do Guamá (Processo n.º 201609703-00), a qual já encaminhada a deliberação do Colendo Plenário, na Sessão Ordinária de **14.03.17**, a partir do qual, em que pese o posicionamento divergente, desta Conselheira, restou fixada a possibilidade de inclusão da CIP/COSIP, na base de cálculo do repasse do duodécimo às Câmaras Municipais, desde que a mesma esteja devidamente consignada em Lei Orgânica e demais Leis Orçamentárias do ente municipal.

Em apertada síntese, suscita a indicada Associação, o debate, no âmbito das Cortes de Contas, quanto à necessidade de maior fiscalização e orientação dos jurisdicionados, quanto à correta aplicação dos recursos apurados através da nomeada Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP), tal como fixado através do **art. 149-A, da CF/88 e demais atos normativos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL**.

Sobressai, dos termos do expediente encaminhado pela **Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Pública Urbana – ABRASI**, que os municípios brasileiros não vêm promovendo com a correta aplicação dos recursos apurados através da COSIP, conforme imperativo constitucional, anexando, desta forma, notícias e decisões do

Mara Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

Ministério Público e Tribunais de Contas (fls. 05/11), onde já se promoveu a intervenção legal, para afastar tal impropriedade.

Destaca, ainda, que *"algumas municipalidades exorbitam a abrangência do conceito do que vem a ser iluminação pública, incluindo no seu rol, por exemplo, o consumo de energia destinado aos prédios públicos, que por sua vez, têm utilização efetiva e quantificável da energia elétrica, sendo neste ponto equiparado a qualquer outro consumidor, que paga sua conta na medida de sua efetiva utilização"*, no que entende haver transgressão ao permissivo de aplicação, estabelecido através da **Resolução Administrativa n.º 414/ANEEL**, em especial, do **§5º, do art. 5º**.

Outrossim, vem, a **ABRASI**, solicitar a emissão de orientação aos municípios jurisdicionados deste TCM-PA, *"no sentido de que os recursos provenientes da cobrança da COSIP devam ser destinados exclusivamente ao custeio dos serviços de iluminação pública, não podendo ser direcionado a quaisquer outros gastos públicos, sob pena de desvio de finalidade e infração aos princípios legais e constitucionais"*.

Considerando a especificidade técnica e jurídica da matéria, submeti, os presentes autos, a competente e necessária apreciação da Diretoria Jurídica deste TCM-PA, conforme permissivo contido nos termos do **§4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 18/2017)**, ocasião em que, diligentemente, entendeu ampliar a análise, através da **Assessoria de Obras**, deste **TCM-PA**, a qual exarou parecer técnico (fls. 17/19), da lavra do **Engenheiro Eletricista PAULO LOPES FREITAS**, consignando pontos de grande relevância, para a melhor instrução dos autos, havendo sua consolidação, através do **Parecer n.º 106/2017-DIJUR** (fls. 34/51), da lavra do Diretor Jurídico Raphael Maués Oliveira e do Assessor Jurídico, Artur Paulo Bezerra de Melo, o qual antecipadamente destaco, adoto como resposta à vertente consulta, no que, transcrevo:

EMENTA: CONSULTA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA - ABRASI. CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (ART. 145-A, CF/88). CIP/COSIP. REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. CONTROLE

procedimento



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

**EXTERNO DO TCM-PA NA CONTABILIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DO
RECURSOS APURADOS PELOS MUNICÍPIOS.**

Tratam os presentes autos de consulta formulada pela **Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Pública Urbana - ABRASI**, autuada, neste TCM-PA, através do **Processo n.º 201606998-00**, o qual fora encaminhado, pela Ilustre Conselheira-Relatora MARA LÚCIA, à Diretoria Jurídica, em **25/01/2017**, objetivando a elaboração de prévia manifestação, conforme permissivo contido nos termos dos **artigos 298 e seguintes, do RITCM-PA (Ato n.º 18/2017)**, conforme quesitos enumerados à fl. 01, pelo que temos a pontuar e aduzir, nos seguintes termos:

Preliminarmente, cumpre-nos delimitar os termos da matéria encaminhada, pela indicada Associação, a qual busca fomentar o debate, no âmbito das Cortes de Contas, quanto a necessidade de maior fiscalização e orientação dos jurisdicionados, quanto a correta aplicação dos recursos apurados através da nomeada Contribuição de Iluminação Pública, tal como fixado através do art. 149-A, da CF/88 e demais atos normativos expedidos pela Agência Nacional Energia Elétrica – ANEEL.

Considerando a especificada técnica da matéria, submetemos, previamente, os presentes autos, a manifestação da competente **Assessoria de Obras**, deste **TCM-PA**, a qual exarou parecer técnico (fls. 17/19), da lavra do **Engenheiro Eletricista PAULO LOPES FREITAS**, consignando pontos de grande relevância, para a melhor instrução dos autos, os quais serão consignados e consolidados, ao longo da presente manifestação.

Traçados tais ponderações preliminares, cumpre-nos destacar que, o expediente encaminhado pela **Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Pública Urbana – ABRASI**, ressalta que, de modo geral, os municípios brasileiros não vêm promovendo com a correta aplicação dos recursos apurados através da COSIP, conforme imperativo constitucional, noticiando, desta forma, notícias e decisões do Ministério Público e Tribunais de Contas (fls. 05/11), onde já se promoveu a intervenção legal, para afastar tal impropriedade.

Destaca, ainda, que **"algumas municipalidades exorbitam a abrangência do conceito do que vem a ser iluminação pública, incluindo no seu rol, por exemplo, o consumo de energia destinado aos prédios públicos, que por sua vez, têm utilização efetiva e quantificável da energia elétrica, sendo neste ponto equiparado a qualquer outro consumidor, que paga sua conta na medida de sua efetiva utilização"**, no que entende haver transgressão ao permissivo de aplicação, estabelecido através da **Resolução Administrativa n.º 414/ANEEL**, em especial, do **§5º, do art. 5º**.

Outrossim, vem a **ABRASI** solicitar a emissão de orientação aos municípios jurisdicionados deste TCM-PA, **"no sentido de que os recursos provenientes da cobrança da COSIP devam ser destinados exclusivamente ao custeio dos serviços de iluminação pública, não podendo ser direcionado a quaisquer outros gastos públicos, sob pena de desvio de finalidade e infração aos princípios legais e constitucionais"**.

Assessoria de Obras



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

*Dentre os documentos encaminhados pela **ABRASI**, destacam-se as seguintes informações, precedentes da atuação de alguns Ministérios Públicos Estaduais e Tribunais de Contas:*

- a) À fl. 05: notícia emitida pelo **Ministério Público do Estado do Paraná** (6ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu), datada de **04.03.16**, acerca do ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa, em desfavor do Prefeito e Vereadores daquela municipalidade, pela aprovação e sanção de Lei que autorizava o Executivo Municipal a realizar aplicação dos recursos da COSIP, na área da saúde.
- b) Às fls. 06/07: notícia emitida pelo **Ministério Público Estadual de Minas Gerais**, datada de **04.10.12**, informando da instauração de procedimento investigativo, em desfavor da Prefeitura Municipal de Ipatinga, quanto ao desvio de finalidade da aplicação dos recursos da COSIP, para custeio das contas de energia elétrica de prédios públicos e entidades conveniadas, ao invés de conduzir sua aplicação para a execução de serviços de iluminação pública, tais como a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.
- c) À fl. 08: notícia emitida pelo **Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte**, datada de **18.09.07**, sob a forma de relatório, quanto a apuração em procedimento investigativo, em desfavor da Prefeitura Municipal de Ipatinga, quanto ao desvio de finalidade da aplicação dos recursos da COSIP, dada sua aplicação na base de cálculo do repasse do duodécimo à Câmara Municipal. Esclarece o Promotor de Justiça, Dr. Rinaldo Reis de Lima, que a posição do parquet e, ainda, do Tribunal de Contas do Estado, são contrárias a tal contabilização, havendo, neste sentido, o ajuizamento de ação judicial, sem julgamento definitivo de mérito.
- d) Às fls. 09/10: notícia emitida pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, datada de **29.07.14**, acerca da condenação, por improbidade administrativa, do ex-Prefeito Municipal de Boa Vista, dada a utilização indevida da COSIP, para custeio das contas de energia elétrica dos órgãos/repartições públicas municipais, a qual, inclusive, era objeto previsto no contrato celebrado entre a municipalidade e a empresa concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica.
- e) À fl. 11: notícia emitida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, datada de **11.03.16**, onde, por meio de decisão plenária, considerou inconstitucional a Lei Municipal de Cariacica, que autorizava a utilização dos recursos da COSIP, para custear serviços de vídeo monitoramento, dada sua previsão constitucional específica e vinculada à especialidade específica.

Tal como já sedimentado, a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, foi prevista, constitucionalmente, a partir do advento da **Emenda Constitucional n.º 39/2002**, tal como informa o **art. 149-A, da CF/88**, in verbis:

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

Art. 149-A. *Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.*

Parágrafo único. *É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.*

Inobstante a previsão constitucional que autoriza sua instituição no âmbito municipal e, inclusive, faculta sua cobrança por intermédio das faturas de consumo de energia elétrica dos contribuintes, assentou-se sua destinação específica, qual seja, "custeio do serviço de iluminação pública", não havendo, desta forma, a possibilidade de aplicação em finalidade diversa.

Neste sentido, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ente regulador do setor, em âmbito nacional, editou a Resolução Normativa n.º 414/2010, de onde se extrai elementos informadores e balizadores, para a cobrança e aplicação da CIP/COSIP, tal como se extrai, dos seguintes dispositivos normativos:

Art. 2º. *Para os fins e efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:*

XXXIX – iluminação pública: *serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual;*

XLIV – instalações de iluminação pública: *conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública;*

Art. 5º. *A aplicação das tarifas deve observar as classes e subclasses estabelecidas neste artigo.*

§5º. *A classe poder público, independente da atividade a ser desenvolvida, caracteriza-se pelo fornecimento à unidade consumidora solicitado por pessoa jurídica de direito público que assuma as responsabilidades inerentes à condição de consumidor, incluindo a iluminação em rodovias e semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito, exceto aqueles classificáveis como serviço público de irrigação rural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, considerando-se as seguintes subclasses:*

I – poder público federal;

II – poder público estadual ou distrital; e

III – poder público municipal.

§6º. *A classe iluminação pública, de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão*

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

§7º. A classe serviço público caracteriza-se pelo fornecimento exclusivo para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana ou ferroviária, explorados diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou autorização, considerando-se as seguintes subclasses:

I – tração elétrica; e

II – água, esgoto e saneamento.

A leitura sistematizada dos dispositivos constitucional e normativos, acima transcritos, revelam, *prima facie*, a necessária distinção entre a "classe poder público" da "classe iluminação pública", onde na primeira atua a administração como consumidor comum, enquanto na segunda, revela-se a utilização de energia especial, em prol da comunidade, de maneira ampla e indivisível.

Neste sentido, salvo melhor juízo, insere-se a aplicabilidade dos recursos oriundos da CIP/COSIP, exclusivamente, quanto à classe "iluminação pública" e, desta forma, tanto o custeio da energia elétrica utilizada, quanto a implementação de políticas públicas destinadas à sua instalação, manutenção e ampliação.

Tal posicionamento foi consignado pela área técnica deste TCM-PA, nos termos do Parecer exarado pela Assessoria de Obras, conforme se transcreve:

"Nos incisos XXXIX e XLIV do art. 2º, da acima referida resolução, são definidas: a iluminação pública como "serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual; (Redação dada pela REN ANEEL 418, de 23.11.2010)"; e as instalações de iluminação pública como "conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública; (Redação dada pela REN ANEEL 418, de 23.11.2010)".

Como regra, a aplicação dos recursos arrecadados da COSIP, devem ser destinados a:

- Manutenção e expansão da iluminação pública;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

- *Consumo de energia elétrica da iluminação pública.*

Assim está estabelecido no § 6º, do art. 5º da Resolução Normativa nº414/2010: "A classe iluminação pública, de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos."

*Buscou-se, ainda, com o escopo de maior aprofundamento sobre o tema, o posicionamento consignado em outros Tribunais de Contas, dentro os quais se destaca o **Acórdão n.º 1791/15 – Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, no que transcrevemos os seguintes excertos, do voto condutor da resposta à consulta formulada, da lavra do **Conselheiro-Relator IVENS ZSCHOERPER LINHARES**¹:*

(...) Com o advento da Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi determinada a transferência dos ativos de iluminação pública e a responsabilidade pela manutenção e reparo da rede elétrica aos municípios até 31 de janeiro de 2014, posteriormente prorrogado para 31 de dezembro de 2014¹³, por meio do art. 218, que dispõe:

Art. 218 A distribuidora deve transferir o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS à pessoa jurídica de direito público competente.

Ressalte-se que esse dispositivo normativo não veio a inovar a ordem jurídica, estando em consonância com o panorama do modelo federativo² da Constituição da República, sobre o qual se conferiu aos municípios ampla autonomia e, em especial ao disposto nos artigos 30, V e 149-A e parágrafo único da Constituição Federal, devolvendo apenas aos Municípios, expressamente, os meios para o exercício da competência sobre um serviço cujo objeto já lhe era previsto pela Carta Maior, porém, cuja atribuição estava sendo financiada pelas distribuidoras.

¹ <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/edicoes-de-2015-revista-digital-do-tce-pr/282642/area/242>

² Nesses termos observam-se em especial os artigos 18, 29 e 30.

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

Logo, considerando também os apontamentos feitos pelo Parquet, que destaca que os municípios passaram a ser responsáveis por efetuar os serviços de reparo e substituição de materiais desses pontos de iluminação, além de realizar os projetos de ampliação, manutenção e modernização do sistema, tudo por força do artigo 218, combinado com artigo 2º³, incisos XXXIX e XLIV, e artigo 21⁴ da Resolução ANEEL nº 414/2010, indiscutível a necessidade de serem aportados recursos públicos suficientes para fazer frente às despesas assumidas, uma vez que passou a ser de atribuição do município esse serviço público, essencial à sociedade

Desse modo, não é plausível que a interpretação do art. 149-A da Constituição seja feita de maneira restritiva e assistemática, uma vez que a referida Resolução transferiu de volta aos Municípios obrigações sobre as quais esses devem despende e remanejar recursos operacionais, humanos e financeiros.

Ademais, como afirma o Exmo. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. MICHAEL RICHARD REINER, ao se reportar à manifestação do Procurador Geral da República, Dr. RODRIGO JANOT favorável à utilização da contribuição para o melhoramento e a expansão da rede:

Grosso modo, se pode o mais, pode-se o menos; ou seja, se pode investir, porque não manter. Assim, aquilo que se agrega a prestação de serviço de iluminação pública, consistente nos serviços de substituição de materiais e equipamentos de energia elétrica, a aquisição dos insumos necessários a eficiência do sistema, a contratação de projetos de modernização, ampliação e execução encontram-se amparada pela tributação. Desse modo, o pagamento de salários dos técnicos envolvidos na prestação dos serviços, seus equipamentos de proteção, os veículos e meios utilizados para efetuar a manutenção do sistema, a aquisição de materiais diretamente relacionados a

³ Art. 2º. Para os fins e efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

XXXIX - iluminação pública: serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual;

XLIV - instalações de iluminação pública: conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública"

⁴ Art. 21. A elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública são de responsabilidade do ente municipal ou de quem tenha recebido deste a delegação para prestar tais serviços.

§2º A responsabilidade de que trata o caput inclui todos os custos referentes à ampliação de capacidade ou reforma de subestações, alimentadores e linhas já existentes, quando necessárias ao atendimento das instalações de iluminação pública, observado o disposto nos §§ 1º a 4º do art. 43.

Paraguaná



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

iluminação pública e a fatura de energia consumida não só pode, como deve ser pagos com recursos da COSIP pois são despesas ligadas estritamente ao custeio do serviço de iluminação pública" (fl. 7 da peça nº 15).

Assim, pode-se responder ao primeiro questionamento nos termos do opinativo Ministerial, no sentido de que "os vencimentos dos eletricistas que fazem a manutenção da rede de iluminação pública poderão ser pagos pelo produto da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública", fundamentando-a em uma interpretação sistemática do art. 149-A da Constituição e das alterações trazidas pela Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL, bem como aplicando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, de forma a sopesar o financiamento em sentido amplo dos recursos advindos da contribuição para custeio de serviço de iluminação pública.

Com relação aos dois questionamentos seguintes, que têm por objeto a possibilidade de custeio de espaços esportivos das comunidades e bairros do Município e de parques de exposição, a dúvida resolve-se, em última análise, mediante a classificação de bens públicos do art. 99 do Código Civil⁵, que já havia sido objeto de outra manifestação do Ministério Público de Contas, exarada no Protocolo nº 215610/2004, por meio do Parecer nº 11447/03, nos seguintes termos:

O serviço de iluminação pública compreende a iluminação dos bens públicos de uso comum do povo, bens estes que são acessíveis por toda a população em geral (ruas, praças, parques, praias). Não se inclui neste serviço a iluminação dos bens públicos de uso especial, já que nestes a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço.

⁵ Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

A seguir, sintetiza o douto Procurador Geral seus fundamentos nos seguintes termos:

Vê-se que há correlação a contribuição para custeio de iluminação pública e a classificação de bens públicos do Código Civil, já que os bens de uso comum do povo são os destinatários da referida contribuição (f. 8 da peça nº 15).

Nesse mesmo sentido, aliás, sinalizou a Diretoria de Contas Municipais, ainda que sua conclusão tenha sido diversa daquela do Ministério Público de Contas:

Pelo deduzido na fundamentação, verifica-se que resta juridicamente impossível ao Município ampliar a aplicação/destino da contribuição (COSIP) para finalidades diversas à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum, conforme fundamentação esgrimida (fl. 17/18 da peça nº 14).

Merece ainda destaque a outra observação do douto Procurador Geral, no sentido de que:

A iluminação pública não se confunde com unidade consumidora de energia elétrica. Como esclarecido na Resolução ANEEL nº 414/2012, iluminação pública é a unidade com o 'objetivo de prover de claridade os logradouros públicos'. O pagamento das faturas de energia elétrica de um imóvel público não está incluso apenas as luminárias daquele imóvel, mas também os equipamentos eletroeletrônicos, o que foge do escopo da contribuição referida. Nesses espaços esportivos seguramente não haverá apenas as luminárias como consumidoras da energia elétrica, mas também, por exemplo, o chuveiro dos vestiários, o placar eletrônico, os bebedouros de água, os sensores de irrigação, etc. (fl. 8 da peça nº 15).

A conclusão, portanto, há que se assentar em duas premissas: tratar-se de bem de uso comum, acessível a toda a população, e que o custeio restrinja-se à iluminação, sem incluir outras formas de consumo de energia elétrica.

Desse modo, em se tratando de espaços esportivos configurados como bens de uso especial, ou seja, aqueles afetados a uma destinação específica, entendo pela impossibilidade de utilização dos recursos do COSIP, agravada pelo fato de que nessas faturas de

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

energia elétrica constam itens diversos daqueles referentes apenas, à iluminação pública.

No que tange ao terceiro questionamento, que trata da possibilidade de utilizar os recursos da contribuição para custeio de serviço de iluminação pública (COSIP) para aquisição de materiais e serviços (substituição de postes e luminárias) nos espaços esportivos e Parque de Exposições, verificam-se pertinentes as observações anteriores que fazem distinção quanto a se tratar de bem de uso público e bem de uso especial, bem quanto ao fato de se tratar de iluminação pública, ou seja, aquele serviço exclusivo de prover claridade aos logradouros públicos (art. 2º, XXXIX, Resolução Normativa nº 414/2010).

Diante do exposto e, por fim, subscrevendo o posicionamento consignado pela manifestação técnica da Assessoria de Obras deste TCM-PA, temos a consignar e ao final propor:

I - Como regra, os recursos arrecadados por força da CIP/COSIP devem ser destinados, **OBRIGATORIAMENTE**, para custeio:

- a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;
- b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada **"à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum"**.

II - Como regra, resta vedado a utilização dos recursos da CIP/COSIP, no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes **"a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço"**.

III - Sugere-se a aprovação de orientação técnica, após a apreciação da vertente consulta, destinada a traçar normatização, que assegure a melhor e mais efetiva ação de controle externo, deste TCM-PA, conforme assentado pela Assessoria de Obras/TCM-PA, nos seguintes termos:

- a) Disponibilizem no site do município, na área das legislações municipais, a lei que instituiu a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública – COSIP;
- b) Lancem no Mural de Licitações os processos licitatórios, os contratos ou convênios firmados com a concessionária de energia elétrica – Celpa ou outra empresa, para a prestação do serviço de arrecadação da COSIP;
- c) Lancem no Mural de Licitações os processos licitatórios e contratos firmados com a concessionária de energia elétrica – Celpa ou empresas de engenharia, para execução dos serviços técnicos de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública;

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

- d) Contabilizem as receitas dos recursos da COSIP, como Receita de Contribuições, Código 1230.00.00 – Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;*
- e) Contabilizem as despesas dos recursos da COSIP, relativas as atividades de manutenções e consumo, e projeto de expansão da rede, na Função 25 – Energia, Subfunção 752 – Energia Elétrica;*
- f) Atualizem, quadrimestralmente, o Mapa da Evolução da Iluminação Pública, para envio a concessionária no intuito de ser procedido os ajustes dos valores da fatura de energia elétrica;*
- g) Sigam as Normas e Especificações Técnicas da Celpa para execução dos serviços técnicos de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, executados direta ou indiretamente.*
- h) Sugere-se ainda, que este Tribunal faça convênio com a concessionária Celpa para que disponibilize as informações dos valores da rubrica COSIP, transferidos aos municípios, para que se possa checar os valores das receitas informadas pelas Prefeituras Municipais, e que os valores da receita e despesas, referentes a COSIP, lançados pelas prefeituras sejam divulgados por este Tribunal, como forma de dar transparência e possibilidade de acompanhamento pela sociedade.*

Para além destas recomendações, sugerimos, ainda, a despeito da atuação do Ministério Público Estadual, verificada em outros Estados da Federação, o desenvolvimento de ação conjunta, destinada a melhor fiscalização dos recursos advindos da nomeada Contribuição.

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016⁶**, tendo sido formulada por entidade representativa, qual seja, a nomeada Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Iluminação Pública (art. 299, inciso IV, do RITCM-PA), para além de suscitada, como tese, acerca de tema com inescusável interesse as atividades de controle externo realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação pedagógica, junto aos

⁶ XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

jurisdicionados, na constitucional aplicação de recursos públicos vinculado, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, conforme já delineado em relatório, acompanha e subscrevo, em sua integralidade, as manifestações trazidas aos autos, pela Assessoria de Obras (fls. 16/18) e Diretoria Jurídica (fls. 34/51), entendendo, por fim, pela necessidade de implementação, das medidas consignadas em relatório, por intermédio de Instrução Normativa, cuja aprovação não afastada a adoção de providências imediatas, por este TCM-PA, nos seguintes termos:

I – Comunicação, junto aos jurisdicionados, quanto a restrição/vinculação de aplicação, dos recursos arrecadados por força da CIP/COSIP, para investimento e custeio de:

- a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;
- b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada **"à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum"**.

II – Vedação da utilização dos recursos da CIP/COSIP, no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes **"a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço"**.

III – Normatização, destinada aos jurisdicionados, que assegure a melhor e mais efetiva ação de controle externo, deste TCM-PA, nos seguintes termos:

- a) Disponibilizem no site do município, na área das legislações municipais, a lei que instituiu a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública – COSIP;

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.019

- b) Lancem no Mural de Licitações os processos licitatórios, os contratos ou convênios firmados com a concessionária de energia elétrica – Celpa ou outra empresa, para a prestação do serviço de arrecadação da COSIP;
- c) Lancem no Mural de Licitações os processos licitatórios e contratos firmados com a concessionária de energia elétrica – Celpa ou empresas de engenharia, para execução dos serviços técnicos de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública;
- d) Contabilizem as receitas dos recursos da COSIP, como Receita de Contribuições, Código 1230.00.00 – Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;
- e) Contabilizem as despesas dos recursos da COSIP, relativas as atividades de manutenções e consumo, e projeto de expansão da rede, na Função 25 – Energia, Subfunção 752 – Energia Elétrica;
- f) Atualizem, quadrimestralmente, o Mapa da Evolução da Iluminação Pública, para envio a concessionária no intuito de ser procedido os ajustes dos valores da fatura de energia elétrica;
- g) Sigam as Normas e Especificações Técnicas da Celpa para execução dos serviços técnicos de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, executados direta ou indiretamente.

IV – Fomento de convênio e parceria institucional, nos seguintes termos:

- Convênio com a concessionária Rede Celpa, para que disponibilize as informações dos valores da rubrica COSIP, apurados junto às faturas de energia elétrica e, ainda, daqueles transferidos aos municípios, para que se possa checar os valores das receitas informadas pelas Prefeituras Municipais, e que os valores da receita e despesas, referentes a COSIP, lançados pelas

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

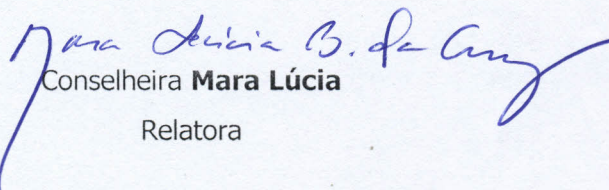
RESOLUÇÃO N.º 13.019

Prefeituras sejam divulgados por este Tribunal, como forma de dar transparência e possibilidade de acompanhamento pela sociedade.

- Convênio ou Termo de Cooperação Técnica, junto ao Ministério Público Estadual, para desenvolvimento de ação conjunta, destinada a melhor fiscalização dos recursos advindos da nomeada Contribuição, em prol da municipalidade.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **06 de abril de 2017.**


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora